

# RAZÃO E ALIENAÇÃO: a predição entre os romanos e previsão contemporânea

*Pedro Paulo Abreu FUNARI*

O desenvolvimento vertiginoso, desde o primeiro pós-guerra, das técnicas e dos meios de comunicação, juntamente com a emergência de movimentos sociais de massa, propiciou um redirecionamento das reflexões sobre duas questões inter-relacionadas: qual o motor das transformações nas sociedades humanas, e como consequência dessa interrogação, qual o papel da razão, enquanto instrumento humano de reflexão e ação, na determinação do porvir social? A passagem da pré-história, na qual o homem faz sua história inconscientemente, para a história autoconsciente parecia aproximar-se com o emergir das classes exploradas como agentes históricos, em particular no continente europeu. 1

As décadas seguintes, contudo, vem a desmentir, de forma bastante violenta, essas expectativas. 2 Como afirma Remo Bodei, "a autoconsciência e a capacidade de deliberar são confiscadas ou cedidas a um chefe político em um novo contrato social que prevê apenas o pactum subiectionis 3. O retorno a barbárie, utilizando-se da expressão de Theodor Adorno<sup>4</sup> para referir-se a fetichização da razão no mundo do segundo pós-guerra, representa a transformação da própria razão em mito,<sup>5</sup> práxis conformista e refrataria,<sup>6</sup> uma submissão do indivíduo e da coletividade a uma entidade supra-social.<sup>7</sup>

O leitor pode pôr-se uma questão pertinente, a qual me apresso em responder: qual a relação entre a Antiguidade e os problemas contemporâneos aqui levantados? Do meu ponto de vista, entretanto, a reflexão sobre o passado nada mais é que um voltar-se para si mesmo, 8 indispensável atitude de auto-reflexão? Que permite repensar a mais obscura - porque mais presente (Da-Sein)<sup>10</sup> - contemporaneidade. Assim, neste trabalho pretendo discutir as concepções romanas de predição, relacionadas diretamente com as duas questões que apresentei de início e, com isso, fornecer elementos para analisar lx à relação entre a predição antiga e a previsão moderna e seus respectivos impasses. 12

Em um artigo recente, 13 destinado a especialistas, tratei das três principais atitudes a respeito das práticas adivinatórias entre os romanos, ou seja, (1) a consideração da possibilidade de predição pela leitura racional dos sinais, (2) por possessão e (3) a derrisão ou desprezo pela predição. Não pretendo retornar aqui as proposições que levaram a essa classificação, mas ressaltar o que nos interessa nesse momento: o agente de transformação social e, conseqüentemente, o que permite, impossibilita ou dificulta a predição.

Para os romanos a leitura racional 14 dos sinais implica uma homologação entre fenômenos presentes e futuros, quer seja entre acontecimentos naturais - como raios ou o

---

Professor do Departamento de História do I.L.H.P. de Assis da UNESP  
LPH / Revista de História, 1: 7-12,1990

movimento das aves no céu - e humanos, quer se refira a própria esfera humana: certos acontecimentos atuais ocasionam e implicam uma ordem específica de eventos a ocorrer. {No primeiro caso a garantia de homologação advém do destino inexorável (fatum) 5 portanto refere-se a uma explicação metassocial,<sup>16</sup> natural, extra-humana.<sup>17</sup> O homem não pode alterar o que há de ocorrer (Sêneca, Nat. Quaest. 2, 35).

Já a predição que se situa na esfera das relações humanas implica um agente social bastante preciso determinado, explícito: o homem, ou melhor, o conjunto dos homens, a própria sociedade. Em 46 a.C. Cícero escreve a A. Cecina (Ad. fam. 6, 6, 3) que "se a leitura racional (ratio) da adivinhação etrusca não te enganou tampouco a nossa adivinhação nos enganara; esta obtive não apenas através dos testemunhos e dos preceitos dos homens mais sábios e, como sabes, pelo estudo aprofundado da doutrina filosófica, como também pela grande prática dos negócios públicos e pela grande agitação da nossa época. Confiamos tanto mais neste tipo de adivinhação já que nunca nos enganou em absolutamente nada, ainda que num contexto tão obscuro e convulsionado como o atual".

A convulsão - a que Cícero se refere era o resultado da crise da hegemonia da nobilitas no controle da condução da vida pública e dos comandos militares (domi militiaeque, T. Liv. 7, 6, 10). De fato, a estável república nobiliárquica anterior aos conflitos internos iniciados com os irmãos Gracos (133-123 a.C.) aliava um controle efetivo das magistraturas por parte de um fechado grupo de famílias senatoriais a um mecanismo ideológico de legitimasse dessa libera res publica: "entre os antigos nada se podia fazer, quer seja nos negócios públicos como nos particulares, sem se tomar antes os auspícios" (Val. Max. 2, 1, 1). Na medida em que os agoureiros (auspices) faziam parte daquela reduzida elite dirigente, é natural que sua atuação, ao permitisse levar a cabo um controle das decisões políticas - e outras - desde o seu próprio início (inauguratio).

A história da república tardia, contudo, caracterizou-se por um emergir de forças sociais que contrariavam o ordenamento estável da res publica aristocrática. O surgimento dos líderes militares e de seus soldados e sua atuação "autoconsciente"<sup>19</sup> punham em choque as noções de inevitabilidade (fatum) da ordem institucional republicana tradicional e de acaso (fors, fortuna) na condução da política: as decisões passavam as mãos humanas? O Salústio, contemporâneo de Cícero e da crise republicana, referindo-se ao emergir do primeiro chefe militar que se fez a si mesmo (homo nouus), Mario, deixava bem clara a oposição entre a ação consciente e a remissão dessa ação a esfera da natureza ou do acaso: "falsa a queixa humana segundo a qual! Sua natureza, porque frágil e breve, e governada mais pelo acaso (forte) que por seu próprio valor. Quem guia e governa a vida dos homens e a vontade (animus)<sup>21</sup>. Aquele que caminha em direção a glória através da virtude com bastante poder e auto-suficiência, torna-se ilustre e não sente falta da sorte (fortuna)". Em sentido contrário, "cada qual transfere a situação a culpa pelos seus próprios atos... se inculpa como fraca a natureza".

Também Cícero, no seu discurso perante o Senado sobre as respostas dos arúspices, ainda que simule grande respeito pelos adivinhos, <sup>23</sup> não deixa de concluir sua peroração restituindo ao corpo de cidadãos a decisão de seu próprio destino: "São fáceis, contudo, as preces junto a

aqueles que nos mostram uma saída segura (uiam salutis); nossas desavenças e discórdias devemos resolver entre nós mesmos" (Cic. de hat. resp. 27, 63).

A humanização do processo histórico, a consciência de que a sociedade é feita pelos homens, por grupos e segmentos e não por entidades metassociais como a Fortuna, o destino inexorável ou a Natureza, implicava como consequência lógica, que a transformação pudesse ser compreendida pelo raciocínio humano (ratio)?<sup>41</sup> Na medida, contudo, em que os chefes militares e seus seguidores faziam a história com suas próprias vontades, abriam espaço para uma nova fetichização da ação humana, equiparando a atuação desses líderes com fenômenos de ordem supra-social.

Este processo, iniciado já com Mario, <sup>25</sup> explorado por Sila - que se dizia beneficiado pela Sorte<sup>26</sup> - acabara por destruir, com a instituição do Principado, a concepção humana de autoconstrução da sociedade. Assim, Virgílio descreve em tom de vaticínio<sup>27</sup> um escudo no qual a história de Roma encontrava-se, desde sempre, escrita pelo destino inexorável <sup>28</sup> "sobre este (escudo) o Ignipotente, que não ignorava as profecias e que sabia o que há de acontecer, gravara a história da Itália e os triunfos dos Romanos. Eis o que Enéias admira no escudo de Vulcano, presente de sua mãe, e ainda que ignorante dessas coisas que hão de ocorrer, gosta da visão e coloca nas costas a glória, determinada pelos destinos inexoráveis (fata),<sup>29</sup> do seus descendentes" (Eneida, 7, 626-8).

A história, esfera de atuação humana, volta a ser alienada, tornam-se novamente espectadores passivos aqueles próprios que fazem sua existência: os homens são fantoches movidos pelas imagens fetichizadas da Natureza ou do supranatural. Esta primeira semelhança há entre o impasse da racionalização romana e aquela contemporânea, a fetichização dos princípios explicativos e a alienação humana pelo extra-social. Como afirmava há quatro anos S. E. Van der Leew <sup>30</sup>, a sociedade seria auto-estruturada, "uma estrutura 'além' das instituições humanas, a estrutura não pode ser estruturada por seres humanos. Ela deve de uma ou outra forma, ser algo que se estrutura a si mesmo". Dois anos depois, P. J. Watson, <sup>31</sup> seguindo uma mesma linha de argumentação alienante, afirmava a paridade ou simetria entre a explicação e a predição, retomando formulações correntes da escola neopositivista dos anos 50. A sociedade seria um organismo vivo, uma estrutura auto-regulada, racional, entendendo-se por razão a subordinação do homem a uma entidade supra-social, reguladora, fetichizada.

Neste contexto, a previsão adquire um papel essencial, em nível da ideologia e da persuasão social, no sentido da sujeição do indivíduo e da coletividade ao fetiche da razão. A previsão, seja econômica, política, social ou outra, implica sempre que os agentes sociais encarem-se não como tais, mas como objetos de um sujeito incontrolável pela própria sociedade. O homem não se faz a si mesmo, obedece à razão alienada, ao fetiche mais perfeito, porque é ela própria - a Razão - o instrumento básico do homem para que possa agir e transformar-se?<sup>2</sup> Esse fetiche é muito mais poderoso que a alienação da ação social no Destino ou na Natureza, pois agora se trata da própria capacidade humana de pensar e atuar que é erigida em componente metassocial da estruturação da sociedade.

As dissemelhanças 33 entre as explicações metassociais e alienantes da republica romana tardia e da atualidade não eliminam, entretanto, uma aproximação essencial. A outorga, por parte da sociedade, de seu poder de decisão sobre si mesma a esfera do metassocial, estabelece uma relação entre a predição antiga e a previsão contemporânea, cuja semelhança, enquanto instrumentos de despossessão dos homens de seu próprio destino permitem questionar a ilusória oposição entre a superstição da primeira e a cientificidade da segunda. Trata-se, em ambos os casos, de um instrumento de dominação cuja superação depende da reinstalação do homem, dos grupos sociais em conflito, como agentes sociais. 34 Terei atingido meus objetivos com este artigo se as questões levantadas sobre as contradições da predição entre os romanos tiverem fornecido contrapontos e vias de questionamento dos impasses, mais profundos mas talvez, por isso mesmo, com um potencial de resolução mais elevado, da contemporaneidade.

Notas

1 - Não se trata apenas dos movimentos revolucionários bastante conhecidos, como a revolução de outubro na Rússia, o

movimento Esparta quista alemão ou as republicas soviéticas instauradas momentaneamente em diversos locais, mas também devem ser incluídos os movimentos de massa menos visíveis; um exemplo destes últimos encontra-se no interessante artigo de Giovanna Procacci, Ripresione e dissenso nella prima guerra mondiale, *Studi Storici*, 1981, 22(1), pp. 119-50.

2 • Os exemplos são inúmeros. Cito, como ilustração do choque enfrentado no imediato pós-guerra, o conhecido texto de M.

Merleau-Ponty, "Em tomo do Marxismo", de agosto de 1945, em particular suas considerações sobre a lute de classes: "um marxista lúcido (...) acaba se perguntando se (...) a historia será, finalmente, a história da luta de classes e se não esta sonhando de olhos abertos (...) Se a luta de classes voltar a ser o motor da História (...)" (Os pens adores, São Paulo, Abril, 1975, trad. Marilena Chauf, pp. 194-217); cf. M. J. Rowlands, *Processual archaeology as historical social science*, in C. Renfrew, *Theory and explanation in Archaeology*, Londres, 1982, p. 155.

3- Estratégias de individuação, *Presença*, 8,1986, setembro, p. 130.

4- In G. Cohn, Adorno, São Paulo, Atica, 1986, p. 91.

5- Cf. J. C. Mariategui, O homem e o mito, in A: M. Martinez e M. L. Bellotto, Mariategui, São Paulo, Atica, 1982, p. 95; "Os racionalistas sufocaram a idéia de razão".

6- Cf. M. Horkheimer, *Eclipse da razão*, Rio de Janeiro, Labor, 1976 (original de 1946), p. 18 et passim.

7- Cf. S. Sontag, *Sob o signo de Satumo*, São Paulo, LPM, 1986, p. 77.

8- Cf. W. Benjamin, in F. R. Kothe, W. Benjamin, São Paulo, Atica, 1985, p. 17: "Para o historiador materialista cada época com que ele se ocupa e apenas pré-história daquela que realmente lhe importa (...) os momentos do processo histórico que mais importam a ele tornam-se, por serem índice de 'pré-história', momentos desse mesmo presente";

-cf. M. Merleau Ponty, *The primacy of perception*, Evanston, Northwestern University Press, 1964, p. 194.

9- Cf. F. Jameson, *Marxismo e forma*, São Paulo, Hucilec, 1985, p. 260.

10 - Bloch in Jameson, op. cit., p. 108.

11- Cf. M. P. Leone, Some opinions about recovering mind, *American Anthropologist*, 47, 4, 1982, p. 757: "o arqueólogo deve envolver-se ativamente com o processo ideológico a fim de distinguir entre o conhecimento do passado que é necessário para compreender o presente corretamente, e o conhecimento do passado que a sociedade atual enfatizaria para reproduzir-se como se constitui no momento".

12- Não se deve, contudo, subestimar as dificuldades nas comparações entre sociedades diversas; sobre isto, veja-se P. L. Kohl, in Mathew Spriggs, *Another way of telling: marxist perspectives in Archaeology*, in M. Spriggs, *Marxist perspectives in Archaeology*, Londres, 1983, p. 5; cf. I. Hodder, *Theoretical Archaeology: a reactionary view*, in I. Hodder (ed), *Symbolic and structural Archaeology*, Cambridge, Cambridge University

Press, 1982, p. 9-14.

- 13 - Razão, possessão, derrisão: três facetas das praticas divinatórias entre os romanos, Revista Brasileira de Estudos Clássicos, 1986 (no prelo).
- 14- Cf. Cíc. Diu. 1,18; 1,55; Sêneca Nat. Quaest. 2, 32.
- 15- Cf. Sêneca, Nat. Quaest. 2, 36: "Como defines o destino inexorável (fatum)! - Considero ser a necessidade, inabalável pelo que quer que seja, de todas as coisas e ações". Cf. 2,35.
- 16- Cf. A. Touraine, Pour la sociologie, Paris, Seuil, 1974, p. 14: "que se trate dos projetos da providencia, das leis da política ou do sentido da história, as sociedades do passado constantemente criaram discursos teóricos que definem a essência da ordem metassocial".
- 17- Assim, segundo o Pseudo-Nônio, Carm. Frag. 63, "os Metelos foram côsules em Roma por determinação do destino inexorável (fato)", transpondo a hegemonia de uma família para fora da esfera das classes e grupos em luta pelo poder na republica romana.
- 18- Cf. N. Turchi, La religione di Roma Antica, Bolonha, Cappelli, 1939, p. 61; e R. A. Staccioli, Pompei, vita pubblica di un'antica citta, Roma, Newton, 1979, p. 61.
- 19- No sentido de J. Topolsky, Oltre il determinismo e il volontarismo: la concezione marxiana del processo storico, Studi Storici, 1983,3/4, p. 353: "os homens (indivíduos, grupos, classes, instituições) agem conscientemente apenas pondo objetivos ao seu agir".
- 20- Cf. K. Marx, Grundrisse der Kritik der politischen Okonomie, Berlim, Dietz Verlag, 1974, p. 375: "o individuo (sc. antigo) percebe-se como proprietário, como senhor das condições da sua realização".
- 21- A tradução de animus por vontade nesta passagem exige uma explicação. Na verdade, as traduções italianas, francesas, inglesas e alemãs costumam utilizar-se da palavra alma (anima, dme, soul, Seele). No entanto, "o sentido da palavra é inteiramente determinado por seu contexto", como afirma M. Bakhtin, Marxismo e filosofia da linguagem, São Paulo, Hucitec, 1986, p. 106. Salustio op5e, no trecho citado, animus a anima, e caracteriza o primeiro como vontade, desejo, o que fica claro nesta e em outras frases: e. g. persequi Iugurthair animo ardebat, Bel. lug, 39; obulam ire animus subigit. Bel. lug, 31; quo cuiusque animus fert, Bel. lug., 54; si maxume animus ferat. Con. Cat., 58; neu super fortunam animus gereret, Bel. lug. 64; in animum Inducere, Con. Cat. 54; regnum animo inuaserat, Bel. lug., 20; animus nunca adquire o sentido de alma, enquanto espírito oposto a corpo, utilizando o autor para esse fim o termo anima, em toda sua obra, apenas duas vezes: Bel. lug. 2 e Con. Cat. 2.
- 22- Inverto a ordem original das duas frases para facilitar a compreensão da passagem.
- 23- Cf. 9,18: "eu confesso que a grandeza do prodígio e a gravidade da resposta, além disso pronunciada em unísono pelos aruspices, comoveu-me profundamente".
- 24- Segundo Cícero (1 off. 4,11-12), "através da Razão o homem discerne o que há de ocorrer (consequentia), vê as causas das coisas, não ignora como se determinam e se encadeiam; estabelece comparações, correlaciona e liga o que há de ocorrer ao presente, vê facilmente o curso integral da vida e preocupa-se em ter o necessário para conduzi-la".
- 25- Cf. Plutarco, Vida de Mirio, 17 et passim.
- 25- Cf. Plutarco, Vida de Sila, 34: "no seu discurso Sila estava ansioso em dar exemplos de sua sorte como uma sua habilidade verdadeira e, no final, pediu que lhe fosse concedido o título de 'sortudo'. Esta é a melhor tradução em grego da palavra Felix"; veja-se ainda C. 1. L. IV, 9009.
- 27- Cf. Petrônio, Satyricon, 118, 6: "que pareça um vaticínio de um espírito possuído".
- 28- O verso 627 apresenta duas leituras possíveis: (1) haud uatum tgnarus, que aqui adoto seguindo OS melhores manuscritos; ou (2) haud fatum (= fautorum) ignarum, 'não ignorante do destino inexorável', segundo outros manuscritos; de qualquer forma o sentido mantém inalterado. A oposição de Sêrvio ao trecho, segundo quem "este verso poderia ser suprimido", parece-me advir da sua antipatia pela utilização da metonímia uatum = uaticinationum, profecias, utilizando o concreto pelo abstrato.
- 29 - Adoto aqui a leitura da maioria dos manuscritos fata (destinos), rechaçando as lições que trazem

facta (feitos). No entanto,

Sérvio em um escólio ao trecho, afirmava que "os críticos consideram este verso supérfluo e como um acréscimo humilde além de inconveniente seu tom grave: trata-se, na verdade, de um modernismo".

30- How objective can we become? Some reflections on the nature of the relationship between the archaeologist his data, and

his interpretation, in C. Renfrew (ed), *Theory and Explanation in Archaeology*, Londres, 1982, p. 450; cf. A.

Touraine, op. cit., p. 15: "considerar a sociedade como uma ordenação e a maneira mais perniciosa de extrapolar a explicação para fora da própria sociedade".

31- *Archaeological Explanation: the scientific method in Archaeology*, Nova Iorque, Columbia University Press, 1984, p. 25; cf. L. R. Binford, objectivity - explanation - archaeology in C. Renfrew (ed), op. cit. p. 128: "o homem como criador do seu próprio destino e o homem como observador, fora da natureza, capaz de ver a verdade diretamente, entrou em crise. O homem... retornou a natureza".

32- Essa subordinação implica uma dupla fetichização, da razão e das relações sociais, associada a retificação das relações humanas. E. g. "seria melhor falar em 'organismo' (sic) do que em 'mecanismo econômico"<sup>1</sup>, implicando que os indivíduos sigam a "escolha das vias mais racionais para o cumprimento do plano", Boris Bolotin, *Os novos ritmos do socialismo*, *Novoe Vremia*, 38, 1986, pp. 18-20. Para uma visão oposta, veja-se a entrevista do acadêmico Alexandr Baev in B. Balkarei, *O homem: artífice do novo*, *Novoe Vremia*, 35, 1986, p. 26: "por isso é impossível prever o futuro. Esse, estou seguro, será rico em acontecimentos imprevisíveis".

O discurso racionalista da classe dominante é ressaltado por A. Touraine, op. cit., p. 196: "esta (a classe dominante) foge da consciência de si mesma, identificando-se ao progresso, a racionalidade e ao interesse geral".

33- Cf. M. Foucault, *Histoire de la sexualité*, II, *L'usage des plaisirs*, Paris, Gallimard, 1984, p. 14: "há momentos na vida em que a questão de saber se se pode pensar de modo diferente do que se pensa e perceber diversamente do que se vê é indispensável para continuar a olhar ou refletir".

34- Cf. J. Topolsky, op. cit., p. 358 e P. Bourdieu, *Esboço de uma teoria da prática*, in R. Ortiz, P. Bourdieu, São Paulo, Atica, 1983, p. 77.